

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA 3ª CONFERÊNCIA DA EMPRESA LIMPA¹

A CRITICAL ANALYSIS OF THE 3^o CONFERENCE OF THE CLEAN COMPANY

Alexandre de Pádua Carrieri | Felipe Fróes Couto | Larissa Oliveira Silva

Resumo

O debate sobre corrupção na última década cresceu em meio a uma realidade permeada de escândalos. Nosso interesse ao longo deste trabalho é aprofundar qualitativamente a discussão sobre a ética e a corrupção nas organizações privadas por meio da análise dos discursos empresariais em relação à iniciativa ProÉtica. O ProÉtica é uma ação simbólica que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate a corrupção e que se esforçam para promover ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente. Buscamos compreender os sentidos da ética conforme os discursos proferidos neste evento. O problema de pesquisa proposto para este artigo, portanto, é o seguinte: como foram construídos os discursos sobre a ética empresarial pelos gestores premiados na 3ª Conferência da Empresa Limpa promovida pela CGU em 2016? Trata-se de uma pesquisa aplicada e qualitativa com abordagem descritivo-analítica. Como método de investigação, foi utilizada a análise crítica do discurso (ACD). Nosso ganho reside em remover as opacidades dos discursos apresentados e disponibilizar ao leitor uma fonte de reflexão sobre a forma pelas quais se moldam as relações sociais à contemporaneidade. Entendemos que o “risco da corrupção” não pode ser simplesmente superada pela adoção de práticas de estímulo e reforço, mas que o assunto deva ser amplamente discutido com todos os setores da sociedade para que possamos, de forma ampla e democrática, repensar as práticas empresariais e as noções contemporâneas sobre ética nas organizações.

Palavras-Chave: Corrupção. Proética. Análise Crítica do Discurso.

Abstract

The debate on corruption over the last decade has grown in the midst of a scandal-filled reality. Our interest throughout this work is to qualitatively deepen the discussion about ethics and corruption in private organizations through the analysis of business discourses in relation to the Proética initiative. Proética is a symbolic action that promotes the public recognition of companies committed to preventing and combating corruption and striving to promote a more integral, ethical and transparent corporate environment. We seek to understand the meanings of ethics according to the speeches given in this event. The research problem proposed for this article, therefore, is the following: how were the discourses on business ethics

¹ Artigo recebido em 06/04/2018 e aprovado em 18/08/2018.

created by managers awarded at the 3rd Clean Company Conference promoted by CGU in 2016? It is an applied and qualitative research with a descriptive-analytical approach. As a research method, critical discourse analysis (ACD) was used. Our gain lies in removing the opacities of the discourses presented and providing the reader with a source of reflection on the way in which social relations are shaped to contemporaneity. We understand that the “risk of corruption” can not simply be overcome by the adoption of stimulus and reinforcement practices, but that the issue should be broadly discussed with all sectors of society so that we can, in a broad and democratic way, rethink business practices and contemporary notions about ethics in organizations.

Key-Words: Corruption. Proética. Critical Discourse Analysis.

Alexandre de Pádua Carrieri - É Professor Titular UFMG. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Desde 2002 é Professor da Universidade Federal de Minas Gerais/Face/Cad/Cepead. Coordenador do NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. Atua na linha de pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade (Cepead). Foi editor da Revista G&S (Gestão e Sociedade); Participou como membro suplente, depois titular e coordenador do Comitê de Assessoramento de Administração, Economia e Contabilidade do CNPq. Foi coordenador da divisão acadêmica de EOR da Anpad. Foi integrante do Projeto Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.

Felipe Fróes Couto - Professor Efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE-UNIMONTES). Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (2010), graduação em Direito - Faculdades Integradas Pitágoras (2011), MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (2013) e MBA em Direito Tributário (2014), ambos pelas Faculdades IBS/FGV. É mestre (2015) e Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua nos campos da Administração Pública, Estratégia(s) e Estudos Organizacionais.

Larissa Oliveira Silva - Mestranda em Sociedade, Ambiente e Território pela UFMG/UNIMONTES, graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016) e Técnica em Administração pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2011). Atua em iniciação Científica Voluntária, vinculada ao Grupo de Estudos em Administração da Universidade Estadual de Montes Claros.

I. Introdução

Muito tem se discutido (seja nas mídias, seja nas redes sociais) a respeito das práticas de corrupção daqueles que deveriam ser os representantes do povo. O foco, via de regra, é dado a agentes públicos. Pouco se reflete quanto à necessidade de se olhar além e entender a corrupção como não pertencente a somente o espaço público, mas sim como uma prática institucionalizada que se origina de motivações muito mais complexas do que da forma como que se apresenta.

O Brasil tem, sobretudo a partir de 2013, vivenciado uma grande quantidade de manifestações em diversas cidades do país, tendo como motivadores os mais variados temas – mas todos eles fazem alusão à insatisfação com as práticas do governo e com a sistêmica corrupção que tem assolado as organizações públicas no país. De acordo com Avritzer (2016) a fase atual do cenário político é de uma crise política decorrente de investidas de grupos de direita que se pautam por uma defesa da agenda econômica

liberal, da propriedade privada e por um foco especial na questão da corrupção. Esta “nova direita” no Brasil, em seu perfil, faz uma mistura de elementos contemporâneos com elementos clássicos que visa enfraquecer a consolidação do Estado de Bem-Estar Social. (GOMES, 2016).

Entretanto, esse assunto não é novo. A década de 80 é referência na ocorrência de crises que apontavam a desmoralização e a descrença institucional em diversas nações (DÓRIA, 1994). No Brasil, vivenciamos nessa época o período da ditadura militar, permeado de ações corruptas e do abuso de poder, um período marcado pela repressão. Estas ações motivaram articulações que deram então origem à elaboração de uma Constituição Burocrática (PEREIRA; SPINK, 2015), considerada então uma resposta ao que foi vivido depois de um período repleto de privações de direitos.

Essa Lei Maior foi criada com o objetivo de garantir direitos considerados fundamentais que haviam sido retirados no período militar e somar com outros que ainda não eram previstos (CALZA, 2015). Apesar da criação dessa Constituição – que prevê que os entes que compõem a administração pública direta, indireta ou fundacional obedecerão aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da publicidade –, a realidade que se faz presente no nosso país é de uma crise no modelo de Governo e na Democracia denominada representativa.

O debate sobre corrupção na última década cresceu em meio a uma realidade permeada de escândalos. Indivíduos de diferentes esferas da sociedade atuam na busca de prováveis causas institucionais da ocorrência da corrupção, bem como suas raízes culturais e históricas (SPECK, 2010). No ambiente acadêmico, assim como nos espaços formadores de opinião, é possível identificar uma preocupação crescente a respeito da temática da governabilidade e das crises de governabilidade em democracias. Quando são precárias as instituições políticas e jurídicas ou quando não existem mecanismos capazes de ultrapassar as crises institucionais, a própria democracia resta ameaçada (DÓRIA, 1994).

Como aparelho administrativo de planificação e de produção de bens e serviços, o modelo de Estado brasileiro desenvolvido, ao longo dos anos, não tem cumprido as funções que dele solicita uma democracia de massas ou que responda a uma ideologia do bem público que o coloque acima das políticas clientelistas e dos hábitos de corrupção (DÓRIA, 1994, p. 143). Os desafios institucionais que possuem ligação com os impasses da democracia no Brasil se deparam com estas forças conservadoras que se fazem presentes desde o período colonial. Essas forças renovam suas formas de ligação ao exercício do poder, seja nos âmbitos municipal, estadual e/ou federal. (AVRITZER, 2016; GOMES, 2016).

Assim como diz Montesquieu, os detentores do poder político tradicional e conservador tendem a praticar o abuso e continuar até não haver limites (DÓRIA, 1994). A corrupção pode, então, ser considerada como um dos principais problemas da sociedade contemporânea e tem ganhado o reconhecimento da sociedade como um dos grandes empecilhos para que o desenvolvimento ocorra. Muitos movimentos científicos e midiáticos têm atribuído à corrupção a ineficiência e os incentivos errôneos para a realização dos investimentos econômicos – ocasionando altos custos econômicos, políticos e sociais –, desestimulando também a população na busca de um bem social comum (SANTOS; AMORIM; HOYOS, 2010).

Apesar de serem previstos na Constituição os princípios que guiarão a conduta dos agentes públicos na Administração Pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, a corrupção e a ética ainda são temas em destaque. Isso se deve por que a ética deve ser compreendida como um processo complexo de formação histórica das pessoas e da humanidade, não pode ser coisificada ou reduzida à norma (DÓRIA, 1994). Embora tenha potencial, o interesse por pesquisas com levantamentos que tenham como enfoque explicar comportamentos corruptos ainda parece limitado (SPECK, 2000).

Nosso interesse ao longo deste trabalho é aprofundar qualitativamente a discussão sobre a ética e a corrupção nas organizações privadas por meio da análise dos discursos empresariais em relação à iniciativa ProÉtica. O ProÉtica é uma

ação simbólica que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate a corrupção e que se esforçam para promover ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente. O ProÉtica foi criado em 2010 em uma iniciativa conjunta da Controladoria Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos e foi reconfigurado em 2015 de acordo com as mudanças advindas da Lei Anti-Corrupção (Lei n. 12.846/2013).

Os objetivos do ProÉtica, segundo o próprio regulamento da iniciativa (art. 1º), são: a) fomentar, no âmbito do setor privado, a implementação de medidas de promoção da ética e da integridade e contra a corrupção; b) conscientizar empresas sobre seu relevante papel no enfrentamento da corrupção ao se posicionarem afirmativamente pela prevenção e pelo combate de práticas ilegais e antiéticas e em defesa de relações socialmente responsáveis; c) reconhecer as boas práticas de promoção da integridade e de prevenção da corrupção em empresas que adotam medidas para criação de um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público; e d) reduzir os riscos de ocorrência de fraude e corrupção nas relações entre o setor público e

o setor privado. Em 2016, houve um grande número de inscritos (195 empresas manifestaram interesse online, 91 empresas mandaram todas as informações necessárias e 25 empresas atenderam a todos os critérios)².

A terceira edição do ProÉtica, ocorrida em 2016 se consolidou com a premiação pública que ocorreu na 3ª Conferência da Empresa Limpa que foi transmitida online e se encontra disponível em sites de streaming na internet³. O foco deste artigo é compreender os sentidos da ética conforme os discursos proferidos neste evento. O problema de pesquisa proposto para este artigo, portanto, é o seguinte: como foram construídos os discursos sobre a ética empresarial pelos gestores premiados na 3ª Conferência da Empresa Limpa promovida pela CGU em 2016? Trata-se de uma pesquisa aplicada e qualitativa com abordagem descritivo-analítica. Como método de investigação, foi utilizada a análise crítica do discurso (ACD).

2 Informação obtida junto à CGU. Disponível no Link: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/eticaeintegridade/empresa-pro-etica>, acesso em 10 de julho de 2017.

3 Evento disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ns5djAZmax8>, acesso em 02 de julho de 2017.

2. Referencial Teórico

2.1 A Ética na Administração

A pesquisa sobre os temas da ética e corrupção, apesar de despertar interesse de muitos pesquisadores, ainda se concentra nas Ciências Políticas, no Direito Penal e na Filosofia. A Administração tem se interessado mais sobre esta temática após a criação do grupo de Trabalhos “Dark Side nas Organizações” na Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, em 2015. Linstead, Maréchal, Griffin (2010) apontaram alguns temas relacionados ao dark side das organizações, por exemplo: crimes corporativos, manipulação e conspiração política, além do abuso de poder, agressão, extorsão, violência, perigo e risco nas organizações.

As organizações, em geral, preocupam-se apenas com lucratividade, desprezando-se da responsabilidade e normas corporativas. Apesar de poucos os artigos publicados no Brasil e no campo que se direcionam à temática, já é possível identificar algumas tentativas de uma compreensão mais qualitativa e aprofundada do fenômeno em uma perspectiva crítica direcionando para a realidade do Brasil (MEDEIROS, 2013; SILVEIRA; MEDEIROS, 2014; CRUBELLATE, 2016).

Os estudiosos da ética e da corrupção na Administração tem demonstrado maior interesse na questão das formas de controle da ética nas organizações e na compreensão

do que a ética consiste, deixando de lado a visão e compreensão deste fenômeno como algo complexo. Isso se deve grande parte pela não-apropriação de estudos desenvolvidos em outros campos da ciência.

Podemos verificar, como exemplo, nos artigos publicados pela Revista do Serviço Público, que é um dos veículos com maior expressividade quanto à publicação de artigos sobre ética nas organizações públicas, que os trabalhos em sua grande parte abordam a ética em uma perspectiva normativa e uma visão ideal de ética direcionada para o bem público ou pelo que se espera do servidor (DORIA, 1994; AMORIM, 2014; WALKER, 2014). Campos e Botelho (2016) observam que os conceitos de ética e moral carregam ambiguidade conceitual, podendo surgir confusão sobre os seus significados. Para alguns, em sentido geral, a ética diz respeito a um campo abstrato da filosofia que discute as condutas humanas como boas ou ruins; enquanto a moral diz respeito a um conjunto de regras de conduta assumidas livre e conscientemente por indivíduos que integram um grupo social com a finalidade de regular comportamentos para um bom convívio social (ARANHA; MARTINS, 2005; CAMPOS; BOTELHO, 2016). Para Nalini (2011) outros consideram que a ética é uma verdadeira ciência que tem como objeto de estudo as leis e a moral (NALINI, 2011).

Como disciplina teórica, a ética implica no estudo dos códigos de valores que em um determinado contexto influenciam as ações decisórias. Estes códigos possuem como base um conjunto de princípios morais, mediante os quais determinam o que deve ou não ser feito, levando em consideração o que determinada comunidade acredita ser certo ou errado.

No âmbito organizacional, conforme Almeida (2007), o

estudo da ética tem implicado nos códigos morais que orientam as decisões empresariais, na medida em que estas impactem na comunidade envolvida tendo como ponto de partida um conjunto de direitos e obrigações socialmente aceitos. São geralmente consideradas empresas éticas, nesse sentido, aquelas cuja conduta é valorizada socialmente e cujas políticas são adequadas à moral vigente.

Apesar da normatividade hegemônica do olhar da Administração sobre a ética dos sujeitos, é possível reconhecer que subsistem fatores de ordem individual e fatores não estratégicos que também influenciam as escolhas dos gestores diante dos dilemas éticos. Tais fatores podem ser decisivos nesse processo de tomada de decisão. Nessa perspectiva, torna-se necessário que a ética seja pensada além das formas tradicionais, bem como algo além de somente uma prática normativa; a corrupção, por sua vez, não deve ser pensada apenas como mera violação da norma jurídica, oportunizando novos olhares filosóficos e sociológicos sobre o tema.

A ética, de modo geral, não deve ser tratada apenas em sua dimensão funcional ou como mecanismo de controle de condutas. É preciso entender os desvios comportamentais também como parte do que constitui a liberdade na empresa, principalmente porque cada sujeito é constituído por sua própria história, por significados adquiridos ao longo da vida e por padrões éticos que remetem aos valores familiares, religiosos, sociais, políticos etc, não-gereciáveis. Por essa razão, nossa intenção ao longo deste trabalho não é trazer prescrições normativas sobre o que é ou não ser ético, mas compreender como se constitui o ethos dos agentes empresariais para, assim, estabelecer uma crítica aos sentidos atribuídos ao “ser ético” conforme a interpretação vigente no objeto analisado.

2.2. Análise Crítica do Discurso

Ao tratar da Análise Crítica do Discurso, segundo Fairclough (2003), estamos buscando mais do que um método, mas uma teoria onde se busca significado dentro das práticas sociais. Isso porque o intuito da ACD, segundo o mesmo autor, é interpretar e analisar processos linguísticos, inseridos no contexto social, de forma

a mostrar a realidade historicamente constituída. Assim, são identificadas duas posições de poder: a) a dos discursos tidos como hegemônicos e seguidos pela maioria da sociedade, que os legitimam como “corretos” em um processo histórico; e b) a dos discursos de resistência, nas quais os indivíduos não desejam se adequar ao discurso

ou tentam se desvincular dessas amarras por meio de outras verdades.

Desta forma, na perspectiva de Fairclough (2003), todo texto analisado deve ter uma interpretação do contexto histórico, social, político e econômico onde está inserido. Todo discurso, nesse sentido, possui um mote ideológico e o interesse de alguém que o profere. Basta refletir, em cada ideia, sobre quem é beneficiado pela ideia econômica e/ou política, bem como quem são os sujeitos que mantêm uma certa posição de privilégio pela constituição de uma ideia. Nesse sentido, para o referido autor, todo discurso deve ser interpretado a partir da interrelação das práticas discursivas e das estruturas sociais vigentes em uma relação dialética.

As práticas discursivas são, para os autores como Magalhães (2001); Diniz, (2012) e Aguiar e Carrieri (2016), os objetos, temas e símbolos provedores de significado que o enunciador repassa ao seu leitor, que, por sua vez, atribui os sentidos conforme intencionados por aquele. Estruturas sociais, por outro lado, seriam os mecanismos de poder existentes na sociedade e que dizem respeito à questão da distribuição de riqueza, de autonomia do sujeito, do trabalho, da etnia, da classe social, do gênero, etc.

Práticas discursivas e estruturas sociais vivem uma relação dialética por determinarem uma à outra. Para Melo (2011), as estruturas sociais se legitimam e ganham forma com base em discursos que também são determinados pelas estruturas sociais que moldam os indivíduos e seus interesses. Portanto, o discurso é historicamente situado e significado pelas estruturas sociais criadas. Caso o indivíduo tenha identificação com o referido discurso, o propagará por interesses particulares, além de sociais e ideológicos.

Ao obter uma posição de poder e um status de dominação sobre os demais discursos, esse discurso se constituirá como hegemônico; por outro lado, onde há hegemonia, há resistência, visto que nem sempre esses discursos serão do melhor interesse de todas as pessoas ou serão impassíveis de contraposição por aqueles que são menos favorecidos por suas ideias (FAIRCLOUGH, 2003). Desta dinâmica serão constituídas, segundo Magalhães (2001),

as normas, convenções e ideologias ou, simplificando, surgirão as práticas sociais ditas como corretas e hegemônicas para a sociedade.

Assim, o que interessa a Fairclough (2003) é o discurso, e este tem o texto como principal meio de análise. O texto, para o autor, é um exercício discursivo no qual existem vários mecanismos, onde uma leitura opaca pode permitir uma concordância despercebida das influências intencionais dos escritores (MELO, 2011). Assim, é preciso analisar a semiose das expressões, suas práticas e o poder subjacente às práticas do nosso cotidiano no meio social.

Dentro da estrutura do texto há mais do que estruturas linguísticas gramaticais, semânticas e lexicais, mas sim um composto de práticas sociais emergentes da sociedade e de suas hegemonias; desta forma, é necessária a análise do texto para um completo entendimento acerca das mensagens por trás da fala. Fairclough (2003) demonstra que há 3 principais dimensões para análise do texto: ação, representação e identificação. A ação é a intenção do autor em demonstrar a sua ideologia, pensamentos por trás dos traços linguísticos, ou seja, a ação do autor sobre o leitor.

A representação engloba a concepção do autor ao referido texto expondo seus ideais e criando uma sintonia com seu leitor, que se familiariza com o contexto apresentado. Neste sentido a representação se relaciona com o discurso pregado pelo autor, onde este impõe sua idealização de pensamentos representados em forma linguística e praticando uma ação social para seu público (FAIRCLOUGH, 2003).

Por fim, a identificação se relaciona com a construção do texto, onde o autor se posiciona em relação ao tema decorrido, criando uma semiose com o leitor por sua interpretação de quais são os papéis do autor e do leitor ao longo do texto. Assim, é possível perceber qual é a posição do autor – alguém que fala com propriedade sobre um determinado assunto ou alguém que meramente discorre – e do leitor mediante a fala ou o texto – alguém que vai consumir as falas do autor ou alguém que se deve submeter à palavra escrita (FAIRCLOUGH, 2003).

3. Percurso Metodológico

Para este trabalho, serão utilizadas as etapas de ACD sistematicamente organizadas por Fairclough (2003) para uma análise detida dos argumentos contidos nos dados obtidos. O autor criou um mecanismo para a utilização da ACD que percorre por seis etapas com intuito de trazer todo o contexto subjacente aos materiais linguísticos, onde a opacidade será tirada e analisada de forma crítica trazendo todas as variáveis por trás do texto. A primeira etapa é dar ênfase a um problema social com aspecto semiótico: o autor normalmente deve enxergar um problema que outras pessoas não enxergam; a sua interpretação diverge do que está posto. É um problema para quem? São perguntas a serem respondidas.

A segunda etapa é a análise intertextual, composta por uma interpretação a partir do texto em relação a outras fontes. Isso pode se dar a partir de 4 formas: a) Intertextualidade atribuída: quais são as citações e referências dentro do texto? b) Intertextualidade modalizada: quais são as expressões de modo, de que maneira uma ideia surge? (ex.: normalmente, corriqueiramente, etc.); c) Intertextualidade não-modalizada: quais são as afirmações categóricas com caráter de “verdade”? (Ex.: isso é, isso deve), e d) Intertextualidade destacada: quais são suposições, explícitas ou ocultas? (Ex.: como todo mundo, é óbvio que, etc.). A partir da intertextualidade, percebemos que um autor não fala sozinho, mas em consonância com outros textos ou outros locutores que o fundamentam. Percebemos também que, se alguém fala, alguém não fala, pois a escolha dos autores, das referências dos dados pode simplesmente não ser feita apenas com base em pesquisas “neutras”, mas sim em referências estrategicamente selecionadas para estruturar e corroborar um determinado argumento.

A terceira etapa é a descoberta do obstáculo para que o problema seja resolvido ou porque um novo discurso não é aceito. Desta forma será analisada a rede de práticas utilizadas no discurso, além de particularidades das práticas e sua interação com o referido texto analisado. A quarta etapa é a análise se a ordem social vigente é problemática ou não. Existem problemas necessários para a manutenção da ordem social vigente, como a dominação do trabalhador? Com este questionamento devemos ir à hermenêutica dos fatos, assim obtendo respostas a partir da análise das práticas, dos discursos e dos poderes gerados no conteúdo.

A quinta etapa é a resolução do problema, no qual a crítica negativa se transforma em construção positiva com o intuito de mudar a realidade não concebida. Busca-se superar os obstáculos identificados, refletindo como sair do status quo e quais as alternativas para isso. Faz-se isso demonstrando lacunas, falhas e contradições na ordem social imposta pelas práticas. A sexta e última etapa é a reflexão crítica das análises realizadas e uma autoavaliação em relação a todos os tópicos analisados e de futuros estudos para a ACD dentro da perspectiva do texto. Por fim, uma reflexão crítica do analista sobre sua análise e as implicações das suas construções ao objeto analisado e às relações de poder existentes.

A Terceira Conferência da Empresa Limpa ocorreu nos dias 16 e 17 de novembro de 2016 em Brasília-DF. As falas analisadas neste artigo são aquelas referentes aos agentes econômicos da iniciativa privada que se apresentaram ao longo do evento ou discursaram em função do recebimento do prêmio. Os agentes e suas respectivas instituições de origem são identificados no QUADRO 01 abaixo, bem como o contexto em que foi proferida cada fala:

QUADRO 01 – Fala dos Agentes e Discursos Analisados

Palestrante	Instituição de Origem	Contexto do Discurso
Jorge Abrahão	Mediador do Evento e Presidente do Instituto Ethos	1º Painel - Lei da Empresa Limpa e o novo paradigma para as empresas
Luiz Eduardo Ganem Rubião	Presidente da RADIX Engenharia de Softwares S.A.	1º Painel - Lei da Empresa Limpa e o novo paradigma para as empresas
Bruno Quick	Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE	3º Painel – Os desafios de implementar programas de integridade em micro e pequena empresa
Marcos Paulo Santiago	Advogado da TECNEW Softwares (Microempresa vencedora do ProÉtica 2016)	3º Painel – Os desafios de implementar programas de integridade em micro e pequena empresa

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Tais falas foram selecionadas por serem menos voltadas à atuação dos órgãos governamentais e do contexto político-econômico atual, e mais concentradas na questão da corrupção nas organizações empresariais, bem como nos ganhos e nas dificuldades em se estabelecerem práticas de controle e compliance para a transparência e combate à corrupção. Ao longo deste trabalho, não serão analisadas especificidades das falas em si, mas damos um olhar amplo sobre as construções discursivas elaboradas ao longo do evento. O ganho desta análise, em si, não é individualizar as construções de cada agente, mas mostrar como as ideias se articularam ao longo do evento para a formação de uma narrativa geral e de uma crítica das práticas contemporâneas de fomento à

transparência nas relações econômicas. Tal método de investigação fora escolhido por ser a Análise Crítica do Discurso, em linhas gerais, uma teoria que visa à reconfiguração crítica de uma estrutura discursiva e de poder na sociedade por meio da contraposição da posição daquele que detém poder por aquele que não o detém. Assim, trata-se de um embate de pontos de vista, em que são reveladas dominações e perversidades por trás do exercício de poder sobre sujeitos mais fracos nas estruturas sociais. Nesse sentido, trata-se de uma linha de análise que diz respeito à emancipação dos poderes exercidos na sociedade. A seguir, são expostas as construções teórico-discursivas que resultaram da análise.

4. Resultados e Análise

Em relação à primeira etapa nas análises dos discursos, percebemos a existência da hegemonia do discurso da ética como compliance e como obediência às normas. Todas as falas analisadas não abordam a questão da corrupção como algo institucionalizado como foi abordado em nosso referencial teórico.

Os locutores relacionam o combate à corrupção apenas com a concepção do compliance nas instituições, como se apenas o conhecimento das práticas consideradas adequadas pelos funcionários, ou o estudo de cartilhas sejam suficientes para combater a questão da corrupção nas

nossas instituições. Nestes discursos, é deixado de lado toda a questão do indivíduo em seus interesses pessoais, sua própria ética e conduta dominantes. A empresa é reificada ao ponto de ser personificada e possuidora de vontade própria (ABRAHÃO; RUBIÃO; QUICK; SANTIAGO, 2016).

Efusivamente ao longo das falas, o Plano Nacional de Integridade é abordado para todos os assuntos referentes à corrupção, e essa introdução tem como base o discurso de que a corrupção é algo global que faz parte de uma agenda complexa. São citados, para corroborar as

falas, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, como tentativa de normalizar o cenário corrupção. Para esses sujeitos, a corrupção não se faz presente somente no Brasil, ela “está em todos os lugares, ela é global” (ABRAHÃO, 2016).

O Estado em alguns desses discursos é visto como um empecilho, e colocam a emancipação empresarial como uma questão de urgência. Dão muita ênfase para o combate à corrupção e às práticas de ações integras, mas se percebe que a motivação para isso é apenas para que haja abertura de mercado e vantagem competitiva.

Já na segunda etapa nas análises dos discursos, buscamos a análise intertextual de cada um dos sujeitos de fala. Abrahão (2016) tenta recorrentemente enaltecer as atividades do Instituto Ethos. Afirma que a agenda do Instituto é relevante, deixando bem claro que o Instituto Ethos vem trabalhando na agenda da corrupção desde 2006; afirma ser o ProÉtica uma das ferramentas mais avançadas no mundo.

Fazendo uma notória referência ao caráter punitivo do Direito à conduta antiética, Abrahão (2016) lembra de ferramentas de cadastro que promovem a punição de empresas não-idôneas, e reafirma que o ProÉtica busca justamente o oposto – ser um espaço de reconhecimento e estímulo, ou espaço de criação de confiança na sociedade. Sua fala diz respeito à valorização das empresas como tendência global.

Rubião (2016), complementando a partir de outro lugar de fala, reitera que a questão da ética e a integridade da conduta não podem ser uma iniciativa só de determinados níveis da empresa; busca apresentar vídeos que querem argumentar a importância do envolvimento de todos na concepção do compliance. Faz alusão a uma visão de corrupção que os colaboradores têm de uma corrupção somente do alto escalão. O compliance e a conduta ética, para Rubião (2016), estão relacionados ao respeito às normas por todos os agentes da empresa – o que não deixa de ser interessante à empresa pela transparência das práticas e solução de conflitos de agência.

Já Quick (2016) cita parcerias que o SEBRAE tem sobre a questão da corrupção e tenta passar a visão de que, para

a solução do problema, há a necessidade de coordenação entre as ações de empreendimentos, prefeituras, tribunais de contas e outros órgãos públicos. Busca em seu discurso afirmar que as empresas não só encarem, mas combatam a corrupção, já que isso fere a livre concorrência. Em sua fala, Quick (2016) busca favorecer o discurso da emancipação das pequenas empresas que encontram uma série de problemas burocráticos e de relação com o Estado, especialmente no que diz respeito à micro e pequena empresa. Por fim, Santiago (2016) faz uso do seu tempo de fala para compartilhar experiências de normalização de condutas e metodologias de implementação de práticas de compliance na empresa.

Cada um dos sujeitos assume uma postura ou uma forma de tratar a temática ao longo do evento. Abrahão (2016) assume uma postura mais descontraída, com muitas gesticulações e com falas direcionadas às empresas que já assumiram o compromisso com a certificação ProÉtica, bem como às empresas que possivelmente venham a ter interesse em participar do evento.

Sua fala visa reforçar que a iniciativa é menos uma obrigação do que uma oportunidade de incentivar o reconhecimento público das empresas; afirma que a corrupção é uma questão que não envolve apenas as empresas, mas partidos políticos, instituições públicas e sociedade em geral. Sua fala é otimista na medida em que visa estimular um ambiente de cordialidade e transparência espontaneamente criado a partir de reforços positivos à adequação às normas.

As falas de Rubião (2016), Quick (2016) e Santiago (2016) são direcionadas às empresas e ao governo de modo geral. Suas falas são no sentido de estímulo e gratidão pelos reconhecimentos às empresas que adotam as práticas de prevenção à corrupção, e são pontuais ao informar que devem ser recompensadas as formas de adequação às normas de ética nos negócios.

Nas falas desses agentes, fica clara a necessidade de expandir ainda mais as formas de reconhecimento das empresas que se adequam ao compliance e às práticas legais de transparência. Fica muito clara a questão da relação de troca entre as organizações públicas e privadas quando

estas, por iniciativa própria, adotam as boas práticas de gestão. Percebe-se claramente a questão da ética como uma questão de negociação e incentivos para que os agentes desenvolvam um desejo (individualista) de obter benefícios por meio da transparência.

Para a realização da terceira etapa nas análises dos discursos, identificamos a noção de que a ética não diz respeito à liberdade do sujeito de se autodeterminar, mas sim a negociação do custo-benefício de se submeter à norma ou não. Enquanto há hegemonia do individualismo neoliberal em que cada um é responsável por si, não há que se falar em uma consciência do sujeito que se preocupa com o bem-estar do coletivo.

Nesse sentido, percebe-se que, por exemplo, nas falas de Abrahão (2016), é ignorada a importância de se pensar no bem-estar coletivo e reiteradamente afirma que o combate à corrupção é uma tendência econômica global: sua fala menciona a dificuldade do mundo em achar uma agenda comum para 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU parece ser um grande progresso. A corrupção, nessa fala, não é bem vista porque ameaça o capital, e demanda ações globais para contê-la. A iniciativa ProÉtica é trazida como uma “vantagem competitiva” (ABRAHÃO, 2016), uma forma estratégica da firma em antecipar as ameaças provenientes das sanções a serem sofridas.

Nesse mesmo sentido, Rubião (2016) traz em suas falas os indícios de como a corrupção ameaça globalmente as organizações; a imagem negativa de uma empresa, segundo o enunciário, pode reduzir a sua competitividade, bem como fechar portas de negociações com mercados estrangeiros, o que reduz sensivelmente a capacidade mercadológica de uma empresa. Sua fala diz respeito ao impacto negativo da repercussão da Operação Lava-Jato na economia nacional e na capacidade de exportação brasileira.

Já Quick (2016) defende a liberdade para as empresas e defende a ampliação dos incentivos para que as empresas sejam emancipadas das restrições econômicas nos seus primeiros anos; seja em ganhos relacionados à simplificação das negociações, seja privilégios em relação às

licitações, as falas diziam respeito a estimular a empresa a ganhar escala.

Por fim, Santiago (2016) corrobora as falas sobre a necessidade do ganho pelo empresário, e reforça que o compliance ou a adequação dos padrões de conduta empresariais são desafiadoras porque o empresário não deseja aumentar seus custos sem a contrapartida de um ganho. Em sua fala, Santiago (2016) explora a necessidade de total envolvimento dos sócios e dos gestores na questão do compliance e reforça o “valor da ferramenta” como forma de blindar a empresa contra riscos jurídicos ou mesmo econômicos de perdas em função da falta de transparência.

A corrupção, nesse sentido, se tornou um problema para o capital na medida em que as empresas adotam códigos de condutas para alcançar novos e maiores mercados; mais uma vez, estamos tratando de oportunismo na constituição de um ethos empresarial. Ética passa a ser um discurso contextualizado, em que gestores afirmam a necessidade de práticas honestas na medida em que o capital demanda isso – e não por um projeto coletivo de bem-estar social.

Por que isso é um problema? Chegamos, então, na quarta etapa nas análises dos discursos. Isso é problemático na medida em que os sujeitos não derivam a conduta ética de suas próprias vontades ou de sua própria liberdade, mas em função das restrições capitalistas que podem sofrer; a ética tratada não é a de um sujeito que visa o bem comum, mas o ganho. E o ganho em si pode ser ressignificado a qualquer momento. Pode ser ressignificado nas práticas desonestas, ou de caminhos curtos a serem percorridos pelo desvio de conduta. A dinâmica de negócios estará sempre sendo ameaçada pelo espectro do desvio de conduta e da subversão, o que, necessariamente, não será capaz de levar o indivíduo a uma emancipação dos mecanismos que tornem atrativas as práticas de desonestidade.

Qual seria, então, a resolução do problema? Se a ética (em sua forma ideal) não é algo que se negocia, então as soluções simplistas como reforço positivo (premiações) e reforço negativo (punições) não são suficientes. Entendemos, nesse sentido, que os gestores das empre-

sas se esqueceram do seu papel de contribuir para a distribuição de bens e à promoção do bem-social na sociedade. Foram absorvidos pela dinâmica do capital e seguem o fluxo dos discursos hegemônicos sobre ética apenas para garantir o acesso a determinados mercados. Fora silenciada a importância da forma “empresa” para a produção e distribuição dos bens na sociedade – ou seja, a empresa possui, em si, não apenas uma função social com o atendimento de demandas de consumo, mas também uma responsabilidade de fazê-lo em prol de um bem-estar coletivo. Não houve autocrítica nesse processo – em função da hegemonia de um discurso mais pautado nos custos econômicos de implementar processos de compliance e da necessidade de lucratividade e ganho econômico.

Ressignificar a questão da ética perpassa, nesse sentido, pela reinterpretação simbólica do que é a empresa em si e seu papel como meio de transformação (e progresso) para a sociedade. Isso, claro, demanda inclusive que se pense em políticas relacionadas a valores outros que não apenas aqueles do capital: cooperação em vez de competição, parcerias em vez de méritos pessoais, entre outros.

Respondendo à questão proposta na quinta etapa nas análises dos discursos, entendemos que a solução do problema demanda um entendimento de que essas construções neoliberais apresentadas ao longo do artigo encontram-se estrategicamente situadas na sociedade para garantir a perpetuidade dos mecanismos do capital.

Enquanto as empresas continuarem inconscientes em relação à sua própria forma de interagir com a sociedade, todos nós continuaremos seguindo padrões morais burgueses que nos levarão a valores meritocráticos, individualistas e egoístas. Dessa forma, dificilmente conseguiremos superar os problemas advindos do isolamento do ser humano do contexto social. Nesse sentido, é importante problematizar ainda mais o conhecimento que temos sobre a ética e a constituição subjetiva do sujeito, ainda mais no que tange a sua consciência histórica e os mecanismos de produção da subjetividade às quais os seres humanos são paulatinamente submetidos.

5. Considerações Finais

Interessante notar, em nossa reflexão crítica das análises realizadas, que não somos capazes, a princípio, de pensar propriamente as soluções do problema. Como parte da sexta etapa da análise do discurso, entendemos que nosso papel, ao longo do trabalho, foi de buscar chamar a atenção do leitor sobre o problema contemporâneo da ética guiada pelo capital, e como as suas manifestações ocorrem discursivamente nas práticas de compliance e, especificamente, como são detectáveis nos discursos dos sujeitos que constituíram a Terceira Conferência da Empresa Limpa, que consolidou a entrega do Prêmio ProÉtica em 2016. Ao longo do artigo, revisitamos as principais ideias relacionadas à forma pela qual a ética tem sido abordada nos estudos da administração e visamos aprofundar o debate para além das discussões tipicamente normativas que levam um tema tão rico à superficialidade.

Não pretendemos, de maneira alguma, esgotar o tema. Visamos demonstrar como são articuladas as negociações sociais e mercadológicas que têm moldado a nossa própria noção de ética, problematizando a respeito do que, de fato, seria uma conduta ética em um universo empresarial. Nosso ganho reside em remover as opacidades dos discursos apresentados e disponibilizar ao leitor uma fonte de reflexão sobre a forma pelas quais se moldam as relações sociais à contemporaneidade. Entendemos que o “risco da corrupção” não pode ser simplesmente superado pela adoção de práticas de estímulo e reforço, mas que o assunto deve ser amplamente discutido com todos os setores da sociedade para que possamos, de forma ampla e democrática, repensar o projeto de sociedade atual.

Vamos mais longe ao propor que repensemos a natureza de nossas organizações, que busquemos ressignificá-las, ou mesmo que busquemos retomar a consciência de nosso próprio papel enquanto seres sociais organizados e responsáveis pela realidade social que compartilhamos. A possibilidade da análise crítica dos discursos sobre a ética pode abrir novos campos de debate e discussões, bem como permitir novos conceitos e teorias que deem

conta de problematizar a agenda das relações sociais no Século XXI, especialmente no que diz respeito às relações econômicas, que paulatinamente têm evoluído para potencializar a atomização do ser humano no meio social em que vive – o que pode prejudicar a consciência social, histórica e política dos indivíduos, que gradativamente perdem a capacidade crítica de enxergar a realidade.

6. Referências

AGUIAR, Ana Rosa Camillo; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. “Água de lona” e Sangue de serragem” nos discursos de sujeitos circenses. *Organizações & Sociedade*, v. 23, n. 77, 2016.

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 105-125, Set. 2007.

AMORIM, Sônia Naves David. Ética na esfera pública: a busca de novas relações Estado/Sociedade. *Revista do Serviço Público*, v. 51, n. 2, p. 94-104, 2014.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Helena P. Martins. *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2005.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016, 154 pp.

PEREIRA, Orgs Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Editora FGV, 2015.

CALZA, Morgana, Direito, Ditadura Militar e Constituição de 1988. *Revista Jus Navigandi* ISSN 1518-4862, Teresina, PI, 2015.

CAMPOS, Ruza Medina Zago; BOTELHO, Ducineli Régis. ÉTICA: UM ESTUDO COM SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Revista Universo Contábil*, v. 12, n. 1, p. 122, 2016.

CRUBELLATE, João Marcelo. Ética, técnica e a lógica institucional da autovigilância. *Gestão e Sociedade*, v. 11, n. 28, p. 1680-1703, 2016.

DE MELO, Iran Ferreira. *Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social*. ESTUDOS LINGUÍSTICOS, v. 40, n. 3, p. 1335-1346, 2011.

DINIZ, Ana Paula Rodrigues. *Mulheres gerenciáveis?: uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte, 2012;

DÓRIA, Og Roberto. *Ética e profissionalização: a retomada da credibilidade da administração pública*. 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Psychology Press, 2003.

_____. *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica/critical discourse analysis as a method in social scientific research*. 2012.

LINSTEAD, S.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. Special Issue on "The Dark Side of Organization". *Organization Studies*, Call for Papers, v.31, p. 997-999, 2010.

MAGALHÃES, Célia M. *A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. Reflexões sobre a análise crítica do discurso/Célia Maria Magalhães (org)*—Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, p. 15-29, 2001.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. *Inimigos públicos: crimes corporativos e necrocorporações*. 2013. Tese de Doutorado.

NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS, Renato; AMORIM, Cristina; DE HOYOS, Arnoldo. *Corrupção e Fraude – Princípios Éticos e Pressão Situacional nas Organizações*. *Journal on Innovation and Sustainability*. RISUS ISSN 2179-3565, [S.l.], v. 1, n. 2, dec. 2010. ISSN 2179-3565.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da; MEDEIROS, Cintia Rodrigues Oliveira. *Viver e morrer pelo trabalho: uma análise da banalidade do mal nos crimes corporativos*. *Organizações & Sociedade*, v. 21, n. 69, p. 217-234, 2014.

SPECK, Bruno Wilhelm. *Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas*. In: *Os custos da corrupção*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

WALKER, Harvey. *Em prol de um Código de Ética para o serviço público*. *Revista do Serviço Público*, v. 62, n. 1, p. 89-92, 2014.